



LIBROS/LIVROS

O Liceu Nacional de Angra do Heroísmo

nas décadas finais da Monarquia (1880 A 1910)
Percurso de uma instituição liceal insular

Leandro Ávila



ÁVILA, Leandro. *O Liceu Nacional de Angra do Heroísmo nas décadas finais da Monarquia (1880 a 1910): Percurso de uma instituição liceal insular.* Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2018. 401 pp. ISBN: 978-972-9220-39-5

Nota Introdutória

“[...] O círculo da investigação deve cruzar o saber universitário com o de outros investigadores que, não exercendo uma carreira académica, contribuem de forma notável para o acréscimo do conhecimento”. Esta afirmação de Susana Goulart Costa no Prefácio da obra, a que poderíamos desde logo acrescentar uma outra que expressa a vontade que os “trabalhos universitários devem, depois de crítica in-

terna, ser partilhados pela comunidade”, é bem a justificação para uma tese de doutoramento conhecer um espaço social mais alargado através da sua edição posterior. Louva-se pois o autor e o Instituto Histórico que tornaram este desiderato possível. A proximidade entre a defesa em provas (2017) e a respetiva edição (2018) será outro aspeto a destacar.

Obra

Estruturada com uma Introdução e quatro capítulos “exigidos” pelo saudoso orientador Carlos Cordeiro, a que acrescentam umas “Considerações Finais”, a referência ao manancial de fontes e bibliografia consultadas e Anexos muito úteis como espaço de sistematização de dados, mas também de ilustração de algumas notícias, plantas e fotos diversas, o livro espalha-se ao longo de 400 páginas, com notas de rodapé que ilustram a carga académica, mas também a rica documentação consultada.

O Conteúdo

Procura desde logo (Introdução) situar a criação do Liceu de Angra, tanto no contexto do ensino liceal promovido pelo liberalismo, a partir de 1836, como das dificuldades que andaram associadas à instalação dos primeiros Liceus, expressando com mais este estudo de caso, a referência geral que já tinha sido sustentada na obra de referência de Áurea Adão. No caso aqui investigado, “é a 16 de outubro de 1851 que se acha constituído definitivamente o Liceu Nacional de Angra do Heroísmo com todas as disciplinas preenchidas pelos respetivos docentes” (p. 24). Logo aqui é visível a preocupação local em “tentar agregar a este estabelecimento de ensino meios e competências que o valorizassem e con-

solidassem” (p. 25). Do desígnio nacional do liberalismo ao orgulho local de contribuir com o liceu para uma sociedade mais instruída e mais dotada para os novos serviços e funções que o regime liberal exigia. Aliás, o reitor António Moniz Barreto Corte Real exige, logo em 1862, que o Liceu de Angra seja de primeira classe, tal como os de Lisboa, Coimbra, Porto, Braga e Évora. Claro que, nos Açores como no Continente, outros consideravam que também mereciam tal desiderato (no caso o reitor de S. Miguel). Estamos numa altura em que “o liceu é visto como um sinal de prestígio e um polo de atração regional, com importantes consequências económicas e sociais”¹. Naturalmente que a reduzida frequência inicial – “durante a década de setenta, a frequência estudantil no Liceu angrense raramente ultrapassou os sessenta alunos” (p. 30) não favorecia essa reivindicação.

“O período cronológico abordado situa-se nas últimas três décadas da Monarquia – 1880 a 1910” e procura privilegiar as repercussões das reformas de Luciano de Castro (1880) e de Jaime Moniz (1894-95) “na instituição liceal angrense” evidenciando as notórias sintonias, mas também tensões que as mudanças propostas provocaram, mesmo dentro do Liceu, comprometendo-se o autor a dar-nos conta dessas “clivagens no seio do Liceu”.

Entrando no primeiro capítulo desde logo ficam bem expressas as diferentes sensibilidades das lideranças de topo – reitores – quer relativamente às Reformas do ensino liceal, quer sobretudo sobre a “exigência” da categoria de nacional-central,

que apenas obtem em 1916, implicando alguns problemas de natureza financeira que a custo a Junta Geral do Distrito e a Câmara Municipal tentaram resolver. Muito importante é o papel que a imprensa teve nestas temáticas, destacando-se, em particular, os artigos de opinião sobre a natureza das Reformas, a de 1894 considerada mesmo “indigesta” por parte do jornal “A União”. Este capítulo é particularmente útil para compararmos as sensibilidades diferentes e as tomadas de posição, sobretudo de natureza pedagógica, que diferem nalguns aspetos da imprensa do Continente. O seu conteúdo revela-nos também a elevada importância da imprensa local ou nacional, como fonte primária para o estudo das temáticas educativas, já que é visível a diversidade de autores que entendem dar o seu contributo ou perspectiva. Ilustra também muito bem as dinâmicas sociais dos diferentes grupos e das diferentes expectativas em relação ao ensino liceal. A diferença entre estes artigos e os que surgem no âmbito das reivindicações sobre o ensino técnico ilustra, de forma muito clara, essas expectativas, dos grupos e dos espaços.

A comunidade académica é objeto do capítulo seguinte. Professores, reitores, alunos e “empregados menores” são objeto de um tratamento biográfico-estatístico que nos permite constatar a riqueza e diversidade das formações e origens, a frequência moderada de alunos, com um pequeno incremento entre 1900 e 1910, destacando-se aqui a matrícula da primeira estudante (Maria Theotónia dos Santos e Sousa) no ano letivo de 1888-1889 e uma interessante referência ao associativismo estudantil. Foi aqui visível a dificuldade na obtenção de alguns dados, destacando-se

¹ António Nóvoa e Ana Teresa Santa-Clara (Coord.), *Liceus de Portugal: História, Arquivos, Memórias* (Porto: Edições ASA, 2003), 62.

os “Relatórios do Liceu Nacional d’Angra do Heroísmo” como a mais fidedigna. As “actas das sessões do Conselho Escolar” e a própria Imprensa, foram complementos informativos preciosos. O autor alerta-nos para dois problemas que surgiram no âmbito da investigação: a importância da microhistória e da biografia de alguns dos protagonistas (aqui, por exemplo, os reitores) para melhor entendermos as decisões meso e macro de âmbito institucional e político, mas também a relevância que a correspondência trocada ou as memórias podem assumir para preencher espaços de investigação onde outras fontes se revelam ausentes ou incompletas.

A problemática das instalações, objeto central do capítulo terceiro, é o espelho do que já observámos em muitas outras monografias sobre os Liceus no século XIX e até XX: tentar aproveitar as instalações legadas pela extinção das ordens religiosas por Joaquim António de Aguiar no período da instauração definitiva do liberalismo em Portugal (1834) – neste caso o “extinto convento franciscano em Angra”. O autor leva-nos depois numa visita a diferentes espaços – Biblioteca, Posto Meteorológico, Museu e, originalidade, o Seminário diocesano. Particularmente rico em pormenores, ajuda-nos a perceber também a riqueza bibliográfica, a opção pedagógica pelo ensino experimental e o papel didático desempenhado pelos vários exemplares do Museu. Mas também o ponto de atrito que constituiu a inclusão do Seminário nessas instalações “laicas” provocando mesmo a expulsão do Liceu, entre 1901 e 1913, num processo muito criticado na imprensa e pouco razoável para articulistas vários. O regresso “às origens” no já republicano ano de 1913 não invalida o calvário pela rein-

stalação de novas instalações que apenas se viriam a concretizar no ano letivo de 1969/1970. O prolongamento cronológico para além do delimitado no título do livro justifica-se para “permitir perceber as dificuldades por que passou esta instituição” como nos afirma o autor na página 266.

A interioridade da pedagogia e da didática é particularmente relevante no capítulo 4 sobre “dinâmicas liceais”, uma densa e rica parte da obra que se espalha entre as páginas 267 e 347. Recorrendo à imprensa, à correspondência recebida e enviada, aos discursos de abertura dos anos letivos, aos Relatórios, às atas das sessões do Conselho Escolar e a obras de referência para o ensino liceal em geral e para alguns educadores em particular, Leandro Ávila consegue-nos transportar até espaços e metodologias onde conseguimos perceber a pedagogia, a didática, as relações professores e alunos, os recursos, entre outros aspetos que marcaram a vida interna liceal. O destaque que confere às iniciativas estudantis, seja a imprensa académica, sejam os eventos culturais e recreativos, seja as tomadas de posição em relação a alguns acontecimentos nacionais (por exemplo, o Ultimato Inglês), sejam as questões disciplinares e as greves estudantis ou as comemorações e eventos mais solenes, ajuda-nos claramente a perceber que a passagem pelo Liceu de Angra do Heroísmo procurava “propiciar” aos jovens (com um cuidado particular para com os mais carenciados) uma vida escolar inesquecível mas também uma preparação para uma vida social comprometida e culturalmente eclética.

As Considerações Finais reforçam e sintetizam o papel que “a instituição liceal terceirense” teve “em prol de uma

afirmação não só no plano nacional, mas simultaneamente, transpor esse intento para o contexto arquipelágico onde estava inserida” (p. 358).

Será ainda de destacar a consulta de uma das partes que melhor evidencia o caminho epistemológico percorrido, mas também o desafio para um regresso hermeneutico, mais consistente depois desta obra, mas também porventura menos comprometido. Trata-se da identificação de Fontes, Bibliografia e Webgrafia consultada e simultaneamente localizada para novos desafios que esta obra pode abrir. Muitas das fontes aqui tratadas não têm um conteúdo adstrito exclusivamente ao Liceu, mas elas podem ainda revelar-se ricas

para outros caminhos de investigação na História da Educação, insular e nacional.

Em suma, um livro que vem preencher um espaço monográfico liceal ainda não navegado, mas que abre o apetite para uma continuidade que nos traga até à sua “extinção” ou, melhor, fusão com a Escola Industrial e Comercial, dando origem à atual Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade, afinal o nome do primeiro reitor do Liceu tratado aqui pelo Leandro Ávila. Fica o desafio!

Maio de 2020.

Luis Alberto MARQUES ALVES
Faculdade de Letras na
Universidade do Porto